

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.657.671 - SC (2020/0024420-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVADO : ZENI TEREZINHA GARBIN
ADVOGADO : CLAUDIOMIR GIARETTON - SC013129

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO PROCESSUAL CIVIL CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PRECEDENTES DO STF STJ E TRF4 INCIDÊNCIA LIMITADA À HIPÓTESE DE PAGAMENTO EXTEMPORÂNEO DA RPV IMPOSSIBILIDADE AGRAVO PROVIDO.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 1.022, II, do CPC.

Quanto à segunda controvérsia, alega violação dos arts. 523, § 1º, 526, § 3º, 534 e 535 do CPC, no que concerne à ausência de intimação da Fazenda Pública para apresentação dos cálculos em sede de liquidação de sentença, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Transitada em julgado a decisão proferida e retornados os autos à comarca de origem, a parte demandada NÃO FOI intimada para apresentação dos cálculos de liquidação de sentença, propiciando-se a execução invertida no presente caso (fl. 163).

Ora, os honorários advocatícios não são devidos se houver execução invertida, que é quando o devedor apresenta os cálculos para pagamento de pequeno valor e o credor concorda com a quantia apresentada, como ocorre no presente feito. Assim, não tendo sido oportunizado à Autarquia o oferecimento de cálculos, evidente o prejuízo no presente caso, uma vez que não lhe foi oportunizada a possibilidade de promover a execução invertida, a fim de se evitar pagamento de honorários na execução (fl. 163).

Assim, não cabe a fixação de verba honorária quando o executado (devedor) não teve oportunidade de apresentar os cálculos do benefício para, no caso de concordância do credor, expedir-se a correspondente requisição de pequeno valor. O entendimento foi reafirmado pelo Superior Tribunal de Justiça ao julgar o AgInt no REsp 1473684 / SC (...) (fl. 163).

Diante desse quadro, resta demonstrado que o acórdão recorrido

merece reforma para afastar a concessão de honorários em favor da parte autora, por violação aos artigos 523, §1º, 526, §3º, 534 e 535, todos do CPC (fl. 164).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF (“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”), uma vez que a parte recorrente alega, genericamente, a existência de violação do art. 1.022 do CPC de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem, contudo, demonstrar especificamente quais os vícios do aresto vergastado e a sua relevância para a solução da controvérsia.

Nesse sentido, este Superior Tribunal de Justiça já decidiu que “é deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015 se faz sem a demonstração objetiva dos pontos omitidos pelo acórdão recorrido, individualizando o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão supostamente ocorridos, bem como sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos. Incidência da Súmula 284/STF” (REsp n. 1.653.926/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.664.349/MG, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 15/2/2019; AgInt no REsp n. 1.247.725/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 8/2/2019; AgInt no REsp n. 1.157.185/MT, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 10/4/2018; AgInt no AREsp n. 510.571/PE, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 19/12/2016; EDcl no AgRg no REsp n. 1.108.053/RS, relator Ministro Reynaldo Soares Da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 12/8/2015.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

No caso dos autos, a Magistrada a quo condenou o INSS ao pagamento de honorários fixados em 10% sobre a condenação, limitando sua exigibilidade à hipótese de pagamento extemporâneo da RPV.

A matéria trazida ao conhecimento deste Tribunal, portanto, não guarda relação com o cabimento ou não dos honorários, mas se

limita à legalidade da restrição imposta na origem, de que os honorários apenas serão exigíveis caso a RPV não seja paga dentro do prazo legal.

Tal limitação, contudo, não pode prosperar, uma vez que os critérios para fixação (ou não) de novos honorários advocatícios, relativos à fase de cumprimento/ execução do julgado, não guardam qualquer relação com o prazo de pagamento da RPV. Sujeitam-se apenas à possibilidade de cumprimento espontâneo da obrigação pelo ente público (se o caso é de pagamento via precatório ou RPV), e à efetiva atuação do devedor, cumprindo avaliar se fez uso de tal faculdade, apresentando os cálculos de liquidação, ou quedou inerte.

[...]

Vale dizer, ademais, que o acórdão julgou recurso interposto pelo segurado contra decisão que já havia fixado os honorários, limitando apenas a sua incidência. Não seria possível, portanto, a reforma da decisão agravada para o afastamento da verba advocatícia, o que implicaria reformatio in pejus, o que, como cedido, é vedado (fls. 111 e 147).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão totalmente dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, o que atrai, por conseguinte, o referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Verifica-se que o recurso encontra-se deficientemente fundamentado, uma vez que as razões insertas no recurso não permitem a exata compreensão da controvérsia, na medida em que se encontram dissociadas dos fundamentos da decisão agravada, aplicando-se, ao caso, por analogia, o enunciado da Súmula 284/STF” (AgRg no AREsp n. 1.394.624/RJ, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 19/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: EDcl nos EDcl nos EAREsp n. 740.722/SE, relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe de 14/12/2017; e REsp n. 1.722.691/SP, relator Ministro Paulo De Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 15/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 31 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente